

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.863 - RS (2019/0349664-7)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : CAMILA DA SILVA CRUZ (PRESA)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CAMILA DA SILVA CRUZ, contra acórdão proferido pela Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no julgamento do HC n. 70082439589.

Noticiam os autos que a recorrente foi presa em flagrante e denunciada como incurso no artigo 33 da Lei 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Ao receber a vestibular, o Juízo de origem concedeu à acusada o benefício da liberdade provisória mediante o cumprimento de cautelares.

Sobreveio decisão que decretou a prisão preventiva da ré diante do descumprimento das medidas anteriormente impostas.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Nesta via, a recorrente alega não haver prova de ter sido notificada da imposição das medidas cautelares diversas da prisão.

No ponto, aduz que "*a decisão proferida não se sustenta em face a INEXISTÊNCIA de prova da notificação/cientificação da ora paciente sobre as condições impostas para concessão da liberdade provisória, deste modo, as circunstâncias fáticas não justificam, e menos ainda ensejam a segregação cautelar do recorrente*" (e-STJ fl. 94)

Sustenta, outrossim, que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da custódia cautelar da acusada.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Requer o provimento do recurso para conceder de liberdade provisória à recorrente, com a imposição de medidas cautelares diversas (art. 319 do CPP).

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 76-78):

[...]

No caso, sobressai que a liberdade provisória foi concedida à paciente, por deferimento de pedido defensivo, em 26.02.2019, mediante o cumprimento das seguintes medidas cautelares: (i) comparecimento mensal e obrigatório em Juízo para informar o endereço atualizado e a ocupação; (ii) recolhimento em sua residência nos dias úteis no horário das 20 horas às 06 horas e integralmente aos finais de semana e feriados; (iii) comparecer a todos os atos do processo e; (iv) não mudar de endereço sem prévia comunicação ao juízo (fls. 33-34 dos autos eletrônicos).

Restou cumprido o alvará de soltura, sendo a paciente imediatamente colocada em liberdade. Todavia, procurada em seu endereço residencial para comparecer em juízo e firmar compromisso, não foi encontrada. Foi-lhe, então, decretada novamente a prisão preventiva por ocasião do descumprimento das condições impostas em 06.06.2019 (fl. 105 dos autos eletrônicos), estando, atualmente, foragida há mais de três meses, pois ainda não foi localizada.

Nesse ponto, aliás, oportuno salientar que o impetrante pretende salvo-conduto com o presente writ, na medida em que, até a presente data, o mandado de prisão preventiva expedido em face de Camila ainda pende de cumprimento.

Enfim.

Em um juízo de cognição sumária e sem adentrar no mérito, concluo que os elementos coligidos no expediente até então não recomendam, no presente momento, a concessão da liberdade provisória à paciente.

Igualmente, as peculiaridades fáticas e condições pessoais de Camila não indicam, por ora, a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares alternativas, visto não se mostrarem adequadas e suficientes a alcançar o fim almejado: a garantia da ordem pública, a conveniência da instrução e a prevenção de reiteração criminosa.

Como se observa, a prisão foi corretamente decretada, em face do descumprimento das condições impostas à paciente quando da liberdade provisória. No presente caso, além de não comparecer em cartório para prestar compromisso, não atualizou o seu endereço, o que ensejou o descumprimento sucessivo de todas as outras determinações.

Não só isso, foi determinada sua citação por edital em

virtude de sua não localização – o que comprova o efetivo prejuízo ao andamento regular do feito em virtude de seu comportamento relapso.

Como já referido, em sede de preliminar, o juízo de origem registrou que reavaliaria a necessidade de manutenção do decreto preventivo assim que apresentado comprovante de seu atual endereço. O presente habeas corpus , ignorando tal solicitação do magistrado a quo , constitui um meio, ao que parece, para a ré furtar-se da instrução criminal e aplicação da lei penal, denotando sua tentativa de evadir-se do distrito da culpa.

Nesse cenário, atesto ser desacertada a alegação do impetrante de que o caso em epígrafe não se trata de hipótese de decretação da prisão preventiva com base na garantia da aplicação da lei penal, tendo em vista ser evidente a paciente pretender fugir do distrito da culpa. Não obstante, a insurgência do impetrante ao sustentar que a paciente não foi cientificada de qualquer condição quando da concessão de sua liberdade provisória, sendo simplesmente posta em liberdade, não prospera. Isso porque, da leitura do alvará de soltura (fl. 35 dos autos eletrônicos), constam expressamente as condições impostas, sendo, tão somente, a ausência de comparecimento para assinatura do termo de compromisso insuficiente para se afirmar que desconhecia as condições a serem cumpridas, até porque devidamente notificada a comparecer para assinatura desse termo.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada

Superior Tribunal de Justiça

dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator